



**PRECONCEITO RACIAL:  
manifestações e abordagens pedagógicas nas Escolas Municipais de Sinop - MT  
a partir da Lei nº 10.639/03**

Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani\*

Maria Luiza Troian\*\*

**RESUMO**

Nessa pesquisa analisaram-se as manifestações de preconceito racial e abordagens pedagógicas nas Escolas Municipais de Sinop - MT verificando se os profissionais da educação estão informados sobre a Lei nº 10.639/03, sobre a temática racial. Observou-se como lidam com o preconceito racial no ambiente escolar, se estão preparados para a abordagem, suas dificuldades e estratégias usadas para vencer as dificuldades. Utilizei de coleta e análise de dados qualitativos por meio de entrevistas gravadas e observações. Percebi a necessidade da qualificação docente na temática racial e da disponibilização de materiais didáticos para trabalho em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Escolar. Preconceito Racial. Lei nº 10.639/03.

**1 INTRODUÇÃO**

Atualmente ouvimos muito falar que o preconceito racial não existe no nosso país, mas não é bem isso que vemos no nosso cotidiano, podemos nota-lo em diversas situações do nosso dia a dia, e também em notícias veiculadas na mídia de preconceito racial. A escola é um lugar que se permite a socialização entre as crianças de classes sociais diferentes, assim como raça, etnia, cor, religião e cultura o que possibilita um trabalho para que estas cresçam sabendo respeitar e conviver com as diferenças.

---

\* Acadêmica do 7º semestre do curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Pedagoga da Escola Técnica Estadual de Sinop - SECITEC e professora substituta em Metodologia de Pesquisa, Curso de Pedagogia, do *Campus* Universitário de Sinop.

Eu como afro-brasileira durante minha infância sofri com comentários maldosos de outras pessoas, tanto adultos como crianças, eles diziam que meus cabelos eram ‘ruins’. Isso sempre me deixou chateada, mas na verdade não conseguia entender o porquê de dizerem isso, eu via isso e até outras situações de preconceito racial acontecer com outras crianças. As minhas vivências durante esse período foi um dos motivos que me levaram a esta pesquisa, que se agrega a minha vivência agora como acadêmica, vendo a necessidade de um trabalho pedagógico com essas crianças, visando à valorização do negro e desconstrução do preconceito racial. A Lei 10.639/03 também me levou a essa pesquisa, assim como também o apoio de minha mãe que desenvolveu um projeto sobre africanidades na escola onde trabalhava.

Com este propus pesquisar as manifestações e abordagens pedagógicas nas escolas municipais de Sinop após a implementação da nº Lei 10.639/03. Esta Lei que obriga o trabalho da História e Cultura Afro-Brasileira. Estabelecendo também que inclua o estudo da História da África e dos Africanos, luta dos negros no Brasil e o resgate a contribuição dos negros para as áreas sociais, econômicas e políticas referentes a História do Brasil, o preconceito e discriminação racial e incluindo ao calendário escolar o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

## **2 MOTIVADORES E FUNDAMENTOS DA PESQUISA**

A principal motivação para a realização da minha pesquisa foi a minha vivência durante a minha infância no período escolar, eu como afro-brasileira sofri preconceito racial de outras crianças e até mesmo de professores, elas me diziam que os meus cabelos eram ‘ruins’. Na verdade, nunca entendi muito bem o motivo das pessoas debocharem de mim, mas percebia isso acontecer com outras crianças, da minha sala e da minha escola. Eu só tinha um único desejo durante esse período, crescer e alisar os meus cabelos, consegui superar esse complexo devido à ajuda da minha mãe que desenvolveu projeto sobre africanidade na escola em que trabalhava, então, consegui entender que meus cabelos não são ‘ruins’ valorizando a beleza dos meus cachos.

Outros fatores contribuíram para que eu pesquisasse essa temática, como a minha vivência acadêmica em estágios de observação e regência me fizeram perceber como o preconceito racial ainda está muito presente no nosso cotidiano e que muitas vezes passam despercebidos pelos professores e os demais profissionais da Educação da escola. A Lei nº 10.639/03 que obriga o trabalho da Cultura Africana e Afro-Brasileira assim como a sua

História e o dia 20 de novembro sendo comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, me levaram também a pesquisar essa temática, já que percebi que durante a minha vivência nas escolas durante os estágios que o preconceito racial está presente e vi poucos professores fazendo uma abordagem pedagógica com as crianças sobre o assunto. Levando em consideração para me motivar nesta pesquisa também a existência da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Parecer do CEE Nº: 234/2006 aprovado em: 05/09/2006, o Estatuto da Igualdade Racial e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR.

Tendo como outra motivação a cidade onde realizei a pesquisa, Sinop - MT localizada na Região Norte de Mato Grosso, a 505 km da Capital Cuiabá. Foi colonizada em 1972 sendo conhecida como “Núcleo Colonial Celeste”, esta por sua vez teve colonização de moradores oriundos da região sul do país, que vieram motivados por incentivos fiscais e políticos. “Trazendo pessoas do sul do país, a colonizadora vendia a ideia de que as pessoas que estavam se instalando em Sinop eram pessoas brancas e com perfil de pessoas trabalhadoras e íntegras” (SOUSA, 2004, p. 34). Esta região trouxe de pessoas de várias regiões do Brasil, não somente da região Sul do país, nem tão pouco, de pessoas brancas.

Em Sinop os negros sempre tiveram uma representação significativa, mas com o predomínio da cultura dos brancos vindos do Sul do País. Em 1980 o percentual de negros em Sinop era de 27%, e atualmente é de 51%, a mesma representação da média nacional. Trago aqui, também, os dados deste estado, Mato Grosso, que é o segundo Estado com maior número de pessoas que se autodeclaram pardas e pretas, que representa 60% de sua população. (BRASIL, IBGE, 2010).

### **3 QUESTÕES RACIAIS E A LEI 10.639 NO AMBIENTE ESCOLAR**

A pesquisa foi desenvolvida com professores, monitoras<sup>1</sup> e zeladora e cozinheira das Escolas Municipais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. As entrevistas aconteceram no período em que estes profissionais estavam em greve, no início de 2013. Sendo assim, procurei os entrevistados nas mobilizações da categoria, convidando-os aleatoriamente para colaborar com a pesquisa. As entrevistas aconteceram neste mesmo local, porém, individualmente, afastando-se da multidão para melhor entendimento das perguntas e das respostas do entrevistado.

---

<sup>1</sup> São profissionais da educação municipal de nível médio sem formação em licenciatura.

Nessa pesquisa foram entrevistados oito profissionais da educação da Rede Municipal de Sinop - MT, entre estes: uma zeladora e uma cozinheira que não possuem formação na temática racial e nem tem conhecimento sobre a implementação da Lei nº10.639/03; duas monitoras, que possuem formação na área e tem conhecimento sobre a Lei; e quatro professoras, sendo que destas, as professoras 1 e 2 possuem formação na área e conhecem a Lei, já as professoras 3 e 4 não possuem formação na temática racial, a professora 3 não conhece a Lei, e a professora 4 conhece e ela mesma buscou informação sobre o assunto.

A escola é um ambiente que possibilita a socialização entre crianças de diversas classes sociais, cor, raça, etnia, religião e cultura, nela podemos perceber várias manifestações de preconceito racial e não apenas de alunos para alunos, mas também de professores e demais profissionais da Educação.

Todos os entrevistados disseram perceber e já vivenciaram o preconceito racial na escola, avaliando as entrevistas pude perceber que muitas vezes o preconceito racial tem relação com os fatores físicos da criança, tal como cor da pele e cabelos. Três profissionais das oito entrevistadas perceberam o preconceito com relação à cor da pele da criança e duas das oito entrevistadas com relação aos cabelos.

Os professores entrevistados perceberam o preconceito racial de um modo diferente de outros profissionais da Educação, sendo que os professores perceberam este com relação aos aspectos físicos, sendo cor da pele e cabelos, já a zeladora, merendeira e a monitora 1 por questões culturais e socioeconômicas.

**(01) Zeladora:** Algumas vezes vi as crianças brincando e apelidando as outras de neguinho, buiu ou então falar que a menina tem cabelo duro, piolhenta, feia e até fedida.

**(02) Merendeira:** Vi crianças não querendo ficar na fila junto com as crianças negras ou então comer perto.

**(03) Monitora 1:** Situações do tipo: não quero brincar com ela porque não gosto dela, ou pedia para abraçar uma criança negra e a criança não abraçava, mas abraçava uma criança que fosse branca.

Frente a essas falas podemos perceber que o preconceito racial algumas vezes não tem relação apenas com as características físicas das crianças negras, mas são dirigidas para quem é negro, pelo fato de serem negros. Essas situações podem ser percebidas no cotidiano da

escola, onde profissionais da educação estereotipam as crianças, utilizam muitas vezes de comentários maldosos, chegando a achar que pelo fato da criança ser da favela só vem pra escola pra comer, que não adianta falar com o pai, por que ele é alcoólatra ou que os alunos negros dão muito trabalho no intervalo. Oracy Nogueira (2006, p. 296, grifo do autor) escreve que: “Meninos pretos são jocosamente chamados de “negrinho”, “urubu”, “anu” etc., quer por seus próprios companheiros de brinquedos, quer por outras crianças e adultos. Ouvem, freqüentemente, o gracejo de que “negro não é gente” e outros comparáveis.”

São comentários como estes que acabam com a autoestima das crianças, muitas delas acabam por achar que, já que são negras tem que ser pobres e marginalizadas, aceitando isso e tomando como uma realidade de sua vida. O professor é quem vai mediar às discussões em sala de aula e então, se ele é preconceituoso, o trabalho fica difícil de ser realizado, já que ele provavelmente irá fazer comentários como este ou ‘fechar os olhos’ para as situações de preconceito racial na escola.

A merendeira falou que percebeu, mas não falou nada, por estarem servindo o lanche às crianças e o tempo não permitia:

**(04) Professora:** Na hora na verdade eu nem pude fazer nada, por que tava servindo o lanche para as crianças.

**(05) Zeladora:** Algumas vezes vi as crianças brincando e apelidando as outras de neguinho, buiu ou então falar que a menina tem cabelo duro, piolhenta, feia e até fedida.

Pude perceber que as professoras e monitoras diante a uma situação de preconceito racial foram em busca de materiais que tratam da questão racial, levaram o material para a sala de aula, utilizaram de livros de literatura infantil, sobre a cultura do negro, mas não podemos lembrar aqui que, ainda os materiais que tratam da questão racial nas instituições de ensino são poucos, também buscaram bonecas negras e brancas, massinha de modelar branca e preta, usaram da roda de conversação onde as crianças podiam conversar e falar sobre o que sentiam e achavam, utilizando de projetos para trabalhar a questão racial e valorização do negro.

**(06) Monitora 2:** Um caso que presenciei foi de uma criança que tinha o cabelo diferente das demais crianças, onde as próprias crianças se dirigiam a ela como a menina do cabelo ruim. Trabalhamos com projetos e sempre que consideramos necessário entramos neste assunto,

contamos histórias referentes ao assunto, tendo a criança como o centro da atenção, usando um boneco branco e outro negro, aí mudamos a roupa do boneco branco e colocamos no boneco negro, e sempre comentando olha como ela ficou linda. Penteamos os cabelos delas iguais, para que percebam que não há diferenças.

Aqui podemos comprovar que o preconceito racial muitas vezes se torna mais visível perante a cor da pele ou o cabelo da criança negra. Existem muitas ‘brincadeiras’ de mau gosto e piadinhas nas escolas, muitas vezes as crianças negras que sofrem com o preconceito racial não sabem como lidar em uma situação como essa, ficando constrangidas, por consequência elas acabam se isolando ou então, se revoltando e acabam partindo para a agressão. Ângela Maria dos Santos (2009, p. 49, grifo do autor) fala que,

O cabelo afro configurou-se como a marca fenótipa mais explicitamente mencionada nas situações de ofensas raciais. Nesse contexto, a cor deixou de ser, em primeiro plano, a marca perceptível da aparência física utilizada pelo discriminador nas ofensas raciais, dando lugar ao cabelo, que constitui a característica física mais funcional para se discriminar racialmente. [...] As frases abaixo, identificam as práticas discriminatórias identificadas no cotidiano das escolas: *Fica quieto, nariz de porco.* (Dirigido a um menino preto); *Eu não falei com você, beijo de égua.* (Dirigido a um menino pardo); *Nariz de formilha.* (Dirigido a uma menina preta); *Cabelo de Bombril.* (Dirigido a uma menina parda).

São ofensas que se não são dirigidas as crianças negras em sala de aula acabam sendo na hora do intervalo, é o momento em que o professor não está presente, mas provavelmente tem um monitor de pátio ou zeladora, aí se reforça a necessidade desses profissionais da Educação terem formação na temática racial e saber como abordar isso nos diferentes ambientes da escola, seja em sala de aula, durante uma brincadeira, horário do intervalo ou nos mais diversos espaços existentes na escola.

Ivone Alexandre (2010, p 62) em sua pesquisa relata a reação de um aluno que começou um xingamento a um aluno negro e o interrompeu devido à presença de um adulto, então, ela escreve que:

A reação do aluno na cena 12 permitiu supor que as crianças tem consciência de não ser correto agir dessa forma, pois interrompeu a palavra, por ser um xingamento. A presença de um adulto inibiu-o. Acredito que se todos os adultos fizessem uma interferência nos momentos de xingamentos raciais a tendência seria a de diminuir esse tipo de agressão.

A criança negra que é vítima de racismo sofre muito, muitas vezes calada e sozinha, isso pode ocasionar diversos problemas na sua vida, interferindo nas relações com outras pessoas, podendo se tornar reprimidas e extremamente tímidas, se excluírem do convívio

social com os demais e até mesmo partir para a agressão no momento de sua dor e sofrimento. De acordo com o documento da UNICEF (2010, p. 5): “O racismo causa impactos danosos do ponto de vista psicológico e social na vida de toda e qualquer criança ou adolescente. A criança pode aprender a discriminar apenas por ver os adultos discriminando. Nesses momentos, ela se torna vítima do racismo.” A criança negra precisa de apoio, precisa que seja feito um trabalho com ela e com as outras crianças também, para a desconstrução do preconceito racial, havendo a valorização do negro.

Com essa pesquisa pude perceber melhor quais as dificuldades destes profissionais, de oito entrevistados quatro tem formação referente à questão racial, a monitora 1 afirma que teve formação, mas que achou pouco. A merendeira, a zeladora e professora 3 não possuem formação na área e muito menos tem conhecimento sobre a nº Lei 10.639/03, estas tiveram maior dificuldade na hora de lidar com uma caso de preconceito racial, não se sentindo preparadas para tal, não sabendo como abordar o assunto e nem como se aproximar das crianças e falar sobre isso. Para Ivone Jesus Alexandre (2010, p. 81): “É preciso articular urgentemente um trabalho pedagógico que envolva toda a comunidade escolar, no sentido de que se cumpra a legislação para que a escola consiga efetivar sua função social e reduzir ao mínimo as desigualdades raciais existentes no âmbito escolar.” Um trabalho conjunto entre família e escola é necessário, essa integração permitir um trabalho não somente com as crianças que ali estudam, mas também com os pais, avós, tios e demais familiares, seja por meio de projetos, palestras ou cursos.

A temática racial deve ser estudada e trabalhada no ambiente escolar conforme diz a Lei nº 10.639/03, é necessário romper primeiramente a barreira do preconceito racial com os próprios profissionais da Educação para que exista uma abordagem pedagógica efetiva. Podemos perceber que alguns professores têm atitudes racistas, mas se o professor tem preconceito isso irá refletir no aluno. Uma das professoras quando perguntada se ela acha que existe o preconceito racial na escola, ela nos respondeu que:

**(07) Professora:** Sim, de professores, de aluno e até de funcionários.

Esta fala da professora vem apenas confirmar que o preconceito racial está presente na escola e que este se manifesta independente de sexo ou faixa etária. Sendo esta então uma das dificuldades a se enfrentar, o preconceito racial de alguns professores e profissionais da Educação.

Outra dificuldade que notei com as falas dos entrevistados que ainda falta material didático para a realização deste trabalho de desconstrução do preconceito racial e valorização do negro, os livros disponíveis não estão preparados para tratar dessa temática. Nesse sentido, Ana Célia da Silva (2005, p. 21) afirma que: “No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência.” Hoje já conseguimos encontrar livros didáticos que trazem a história de luta do negro, que não os colocam mais como pobres sujos e que tem relação com o crime, encontramos até livros de canções infantis que antes falavam mal dos negros e que agora em uma nova versão colocam o negro de maneira humana e a valorizá-lo.

A Educação tem papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, e que ajuda na construção da cidadania das crianças, proporcionando a elas uma nova visão do mundo em que vivem. Faz-se imprescindível que a escola esteja atenta as questões sobre o meio ambiente, princípios éticos e morais, questão racial, violência e etc. Todos os profissionais da instituição trabalhando em conjunto e se preparando para isso, possibilitando um melhor trabalho de diversos assuntos, seja como projeto, disciplina ou tema transversal, fazendo um trabalho diferenciado e que favoreça o entendimento das crianças de que somos seres capazes de conviver em sociedade de modo sociável e com respeito.

## **5 CONCLUSÃO**

Com a pesquisa observei as manifestações de preconceito racial e abordagens pedagógicas nas escolas municipais de Sinop a partir da Lei 10.639/03, com esta pude perceber que ainda alguns profissionais da Educação desconhecem a existência dessa Lei e não fazem ideia de como fazer essa abordagem perante uma situação de preconceito racial no ambiente escolar. Notamos que os professores que tem formação na área da temática racial procuram abordar esse assunto de diversas maneiras com as crianças, em forma de diálogo, leituras com o material disponível na instituição e que aborda a temática racial, através de brincadeiras como é o caso da brincadeira com massinha preta e branca e também com utilização de bonecas brancas e negras e por meio de projetos.

Quatro dos entrevistados tinham formação na área, percebemos que mesmo assim, eles se veem muitas vezes sem saber como agir, sentem a necessidade de mais curso de formação na temática racial, tendo em vista que as outras quatro entrevistadas não tem essa formação, três destas nem sabem da existência da Lei e uma delas sabe por ter ido atrás de informações.



Aqui então reforçamos a importância de preparar esses profissionais da Educação referente à temática racial, não apenas professores, mas sim, toda a equipe escolar. Com a pesquisa pude perceber que a zeladora e a merendeira são as pessoas que não tem conhecimento sobre a Lei e muito menos sabem como lidar nessas situações, mas são elas que percebem o preconceito racial por uma questão social, vendo alunos serem excluídos, alguns excluídos das filas, não querendo comer perto deles, pelo simples fato de ser negro. Enquanto as professoras e monitoras observaram o preconceito racial perante uma perspectiva física, que leva em consideração a cor da pele e os cabelos, denegrindo a imagem da criança negra com piadinhas, apelidos maldosos e palavras ofensivas.

O preconceito racial pode trazer consequências à vida da criança negra, essas crianças podem acabar se excluindo do convívio com as demais pessoas por medo do preconceito, medo de serem ridicularizadas, podendo levar a criança a largar da escola, e algumas vezes levando até a violência física. Eu, como vítima de preconceito racial durante o meu período escolar sofri muito com comentários maldosos sobre os meus cabelos, mas consegui desconstruir essa visão que até eu estava achando certa, que meus cabelos eram ‘ruins’. Foi com a ajuda de minha mãe e através de leituras pude aprender a valorizar a beleza dos meus cachos e dizer: sim, com muito orgulho que sou afro-brasileira e que meus cabelos não são ruins.

A Lei nº 10.639/03 foi implementada depois de muita luta do Movimento Negro, mas não basta ela existir, é necessário cumpri-la. E para que isso seja realizado é preciso que os profissionais da Educação saibam sobre ela, que estudem, que façam curso na temática racial, possibilitando então, as abordagens pedagógicas.

Esse trabalho veio a contribuir para a minha formação acadêmica, passamos a ver coisas que muitas vezes a gente acaba deixando de lado ou fechando os olhos, mas essa questão deve continuar sendo discutida, sempre em busca da valorização do negro, de sua cultura e história. Com essa pesquisa pude notar que o preconceito está sim presente, e é visível no ambiente escolar, perante tudo o que pude ver na pesquisa conclui que ainda há uma necessidade de cursos na área da temática racial, estudo sobre a Lei, materiais pedagógicos, mas é preciso que isso aconteça não somente com professores, mas também com todos os profissionais da Educação da escola.

**RACIAL PREJUDICE:  
demonstrations and pedagogical approaches in Sinop’s Municipals Schools  
from the Law n.º 10.639/03**

## ABSTRACT<sup>2</sup>

This research analyzed the racial prejudice qualification and pedagogical approaches in Sinop's Municipals Schools verifying if the education professionals are knowledgeable about the Law n.º 10.639/2003, about the race issue. It was observed how they deal with racial prejudice in the school environment, whether they are prepared to approach, their difficulties and strategies used to overcome the difficulties. It was used gathering and qualitative data analysis through interviews and observations recorded. It was realized the necessity of racial teaching qualification in the subject and the provision of materials for work in the classroom.

**Keywords:** Education. School Education. Racial Prejudice. Law n.º 10.639/03.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações raciais:** um estudo com alunos, pais e professores. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores Sociais:** uma análise das condições da população brasileira – ano 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MERENDEIRA. **Merendeira:** depoimento. [03 jun. 2013]. Entrevistadora: Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani. Sinop, 2013. Câmera Digital Samsung. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia Sinop – MT.

MONITORA 1. **Monitora 1:** depoimento. [03 jun. 2013]. Entrevistadora: Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani. Sinop, 2013. Câmera Digital Samsung. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia Sinop – MT.

MONITORA 2. **Monitora 2:** depoimento. [03 jun. 2013]. Entrevistadora: Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani. Sinop, 2013. Câmera Digital Samsung. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia Sinop – MT.

---

<sup>2</sup> Traduzido por Kênya Karoline Ribeiro Sodré (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Novembro, 2006.

PROFESSORA. **Professora:** depoimento. [03 jun. 2013]. Entrevistadora: Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani. Sinop, 2013. Câmera Digital Samsung. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia Sinop – MT.

SANTOS, Ângela Maria dos. Da teoria do branqueamento às relações étnico-raciais no cotidiano escolar. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Jacqueline da Costa; GUIMARÃES, Maristela Abadia; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos (Orgs.). **Africanidades e Educação em Mato Grosso.** Cuiabá: KCM, 2009. p. 36-60.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na escola.** 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21 -38.

SOUZA, Edison Antônio. **Sinop Histórias, imagens e relatos:** um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância.** Brasília, 2010.

ZELADORA. **Zeladora:** depoimento. [03 jun. 2013]. Entrevistadora: Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestani. Sinop, 2013. Câmera Digital Samsung. Entrevista concedida para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia Sinop – MT.